****

**DISCUTINDO DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: ENCONTRO DA PESQUISA E EXTENSÃO COMO POSSIBILIDADE DE PENSAR O AGIR COLETIVO NA COMUNIDADE**

**Vitória Brito Santos [[1]](#footnote-1)**

**Janaina Wazlawick Müller [[2]](#footnote-2)**

**Saraí Schmidt[[3]](#footnote-3)**

**Resumo:** O presente texto versa sobre uma atividade desenvolvida com professores/as da rede pública de ensino de um município do Rio Grande do Sul, que ocorreu a partir de uma integração entre o projeto de extensão universitária “Cidade Viva: Intervenção Urbana como ato comunicacional” e o grupo de pesquisa “Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura”, ambos da Universidade Feevale. O objetivo do artigo centra-se em uma discussão que vai além da teoria, atingindo a prática e considerando as vivências dos sujeitos, de modo a pensar os Direitos Humanos não somente enquanto diretrizes, mas como ideias que fomentam ações e se manifestam no cotidiano da comunidade escolar. Teórico-metodológicamente o artigo traz uma reflexão pautada na noção de Direitos Humanos, bem como, parte de uma análise que toma como base os estudos de Zygmunt Bauman sobre identidade e que nos levam a compreender a importância do debate sobre o Outro, os modos de sociabilidade, a noção de comunicação/mídia na escola. O território escolar ocupa na sociedade um local primordial como espaço para o fortalecimento das identidades múltiplas e plurais da infância, assim como, é na escola que temos a oportunidade de potencializar o debate sobre Direitos Humanos a partir das particularidades de cada sujeito/a e seu entorno.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Identidade; Pesquisa e Extensão; Zygmunt Bauman; Criança na Mídia.

**Introdução**

O presente artigo versa a respeito da parceria entre a universidade e o ensino público, a partir da integração do projeto de extensão universitária “*Cidade Viva:* *Intervenção Urbana como ato comunicacional*” e do grupo de pesquisa “*Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura*”, ambos da Universidade Feevale. Como forma de ampliar as reflexões e debates acerca dos Direitos Humanos, destaca-se a exposição fotográfica “*Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*”, que, contando com a participação de estudantes das redes municipal, estadual e privada, trouxe nas fotografia das crianças os trinta artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esclarece-se que a integração entre as frentes (extensão e pesquisa) realizou-se de modo continuado, sendo que, para esse momento, o trabalho se refere a aproximação desenvolvida pontualmente com as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Martha Wartenberg e Senador Salgado Filho, ambas localizadas no bairro Canudos em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

O objetivo do artigo centra-se em uma discussão que vai além da teoria, atingindo a prática e considerando as vivências dos sujeitos, de modo a pensar os Direitos Humanos não somente enquanto diretrizes, mas como ideias que fomentam ações e se manifestam no cotidiano da comunidade e da escola. Na particularização do amplo debate que envolve os Direitos Humanos, salientou-se as relações entre Infância, Mídia e Espaço Escolar, voltando-se para discussões que envolvem o agir público e o agir coletivo, e como essas reflexões se apresentam no espaço social.

Para tanto, pensou-se no grupo de professores/as das escolas citadas, viabilizando-se o espaço para que os sujeitos coloquem suas perspectivas acerca da proposta de pensar os Direitos Humanos, a Infância, Escola e Comunidade. Nisso, encontra-se a justificava da atividade, trazendo, primeiramente, a relevância da integração entre pesquisa acadêmica e extensão universitária. O grupo de pesquisa “*Criança na Mídia*”, composto por estudantes de graduação e pós-graduação no diálogo com o projeto de extensão composto por professores e acadêmicos de Comunicação, segue a orientação de desconstruir a noção do saber acadêmico como um ambiente fechado e confinado, de modo a articular as pesquisas com a comunidade. Com o projeto de extensão *Cidade Viva: Intervenção Urbana como ato comunicacional* consolida-se um caminho de ampliação e participação da universidade na comunidade escolar, dirigindo-se a área da Comunicação e sua proximidade com a democratização e a cidadania, estruturando uma rede de relações que é mediada pela parceria central com a Escola Municipal de Arte Carlos Alberto Oliveira. Com a participação dessas frentes, tem-se o ensino acadêmico, a escola e a comunidade como parte de uma mesma estrutura, que permanece em constante transformação.

Para a análise do material a ser trabalhado no presente artigo, percebem-se as articulações entre a noção de identidade e os possíveis conflitos que se manifestam em torno da ideia de individual e coletivo, aproximando-se de uma construção que se entrelaça aos Direitos Humanos. Nessa abordagem, destacam-se os argumentos de Zygmunt Bauman no que se refere ao processo contínuo de construção identitária e as questões advindas das incertezas que rodeiam as relações humanas e as dinâmicas socais. Dessa forma, na edificação do presente estudo, alega-se que o artigo busca contribuir no sentido de pensar os vínculos entre Direitos Humanos, Infância e Escola de modo prático, realçando as falas dos sujeitos e suas vivências do cotidiano.

**Construção metodológica**

Com o objetivo de atender a esse diálogo entre universidade e escola pública, foram propostas atividades a serem trabalhadas em conjunto com as escolas, divididas em diferentes momentos que culminaram em uma devolutiva, associada ao debate envolvendo a participação do corpo docente das escola. Inicialmente, a sugestão da leitura do texto de autoria da jornalista Eliane Brum, intitulado “*Exaustos-e-correndo-e-dopados*”, seguido pela organização e envio de um formulário para preenchimento de dados e resposta de perguntas que, por sua vez, nortearam a elaboração da devolutiva e posterior debate. Algumas respostas foram destacadas entre o conjunto de réplicas de maneira a dinamizar o debate e, então, lidas pelos membros do grupo de pesquisa e do projeto de extensão. A partir disso, impulsionaram-se as perspectivas de associação entre as reflexões dos professores e os Direitos Humanos, que potencializaram o debate sobre a reção público e privado, individual e coletivo na comunidade esolar.

Cabe lembrar que a ONU cria em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), considerado o marco do movimento contemporâneo pelos direitos da sociedade civil é um grande passo no pós-guerra. John Peters Humphrey, jurista canadense, na época Diretor dos Direitos Humanos da ONU, é quem dá origem ao texto base da “Carta Magna da Humanidade” dividida em 30 artigos. O documento traz sete considerações iniciais: o reconhecimento à dignidade; o direito à liberdade; as aplicações legais para proteção do ser humano; as relações amistosas entre as nações; o valor do ser humano e a igualdade entre homens e mulheres; o comprometimento dos Estados em promover o respeito universal aos direitos; e o comprometimento com a compressão desses direitos. (ONU, 1948).

No presente texto objetiva-se entender e refletir como se deu esse diálogo sobre Direitos Humanos entre os professores/as participes da atividade desenvolvida e a relação estabelecida com os materiais disponibilizados para tal atividade. Inicialmente cabe salientar que a análise empregada no item de discussão desse artigo acontece no entrelaçamento das discussões propostas pelas noções de identidade, direitos humanos e sociedade.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Marta Wartenberg, localizada no bairro Canudos, na cidade de Novo Hamburgo, recebeu a exposição fotográfica *Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*. Esclarecemos que essa exposição foi produzida pelo grupo Criança na Mídia para o *V Seminário Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*”[[4]](#footnote-4), realizado em 2018. O evento buscou celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e teve como premissa convidar a sociedade a pensar que “falar de Direitos Humanos também é falar de infância”. Nos retratos cada estudante segura um dos artigos da declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1958).

Figura 1 – Quadros da exposição Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos

Uma imagem contendo preto, muitos, comida

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Criança na Mídia (2018)

Após o Seminário (ocorrido no dia 17/10/18) a exposição começou a circular pelos municípios da região. Por meio da parceria com o projeto *Cidade Viva* a exposição ocupou o palco da quadra de esportes da EMEF. Marta Wartenberg no dia 28 de abril de 2019, e esteve aberta à visitação da comunidade entre os dias 29 de abril e 10 de maio. A outra escola participante do projeto de extensão *Cidade Viva* em 2019, EMEF. Senador Salgado Filho, fica nas proximidades da EMEF. Marta Wartenberg, sendo ambas no bairro Canudos. Dessa forma o corpo docente e estudantes da escola vizinha foram convidados para visitar a exposição.

Figura 2 e 3 – Registros fotográficos na Escola Marta Wartenberg

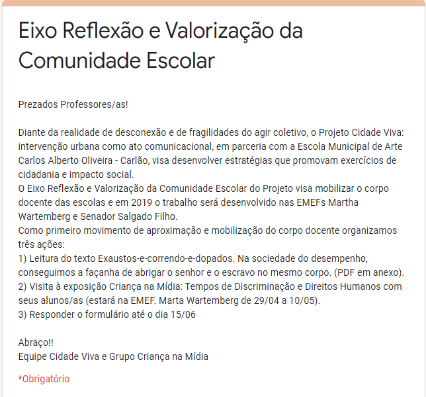
Pessoas em estação de trem

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Criança na Mídia (2019).

Paralelamente a visitação foi realizada uma segunda atividade como etapa do eixo *Reflexão e Valorização da Comunidade Escolar* do projeto de extensão. Foi enviado ao corpo docente das duas escolas (cerca de 80 pessoas) o texto da jornalista Eliane Brum, publicado no jornal El País em 4 de julho de 2016, com o intuito de sensibilizar o grupo de professores/as a pensar a relação entre Direitos Humanos e comunidade escolar. O texto foi enviado juntamente com um formulário *Google*, que continha quatro perguntas que promoviam um entrelaçamento entre o texto, a exposição e as noções sobre direitos humanos. A seguir apresentamos o texto de introdução do formulário que descreve as etapas iniciais da atividade.

Figura 4 – Tela inicial do formulário



Fonte: Criança na Mídia (2019).

As respostas obtidas a partir do preenchimento do formulário foram tabuladas e num segundo momento foi realizado um encontro com o grupo de professores/as a fim de oportunizar um momento de “devolução” da proposta e ampliação do diálogo extensão e pesquisa. Nesse texto serão privilegiadas as discussões que surgiram a partir da reunião com o corpo docente das escolas.

Os quadros da exposição foram impressos em folha A4 e espalhados aleatoriamente no chão da sala da reunião. Inicialmente a equipe solicitou que cada professor/a ali presente escolhesse um artigo dos Direitos Humanos (a partir dos quadros da exposição) que considerasse mais relevante. Na sequência foi iniciada a projeção da exposição e conforme o aparecimento de cada artigo a pessoa que o tivesse escolhido justificava a escolha e porque considerava importante.

Debatemos sobre a importância dos Direitos Humanos para a escola e a vida em comunidade, bem como, a relação que a DUDH tem com a infância. Lembramos ainda que no texto base da DUDH cita-se a proteção social integral da criança, e tem no seu Artigo 25 a primeira declaração de proteção à infância em nível mundial. No ano seguinte à criação da ONU, um órgão específico para a proteção da infância é criado. Nasce assim em 11 de dezembro de 1946 a UNICEF com o objetivo de proteger e promover os direitos das crianças. Após esse momento foram compartilhadas algumas atividades desenvolvidas por professores/as de ambas as escolas, onde o tema foi a exposição fotográfica e como aquilo havia perpassado a ação pedagógica. Na figura a seguir temos o exemplo de uma atividade realizada com uma turma do sexto ano quando os estudantes foram instigados e fazer uma releitura da exposição. Cada adolescente recebeu o desafio de redigir um novo direito humano e fazer um desenho.

Figura 5 – Exemplo de uma das atividades realizadas pelas escolas

Uma imagem contendo texto

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Elaborado pela aluna da escola participante do Projeto (2019).

O processo de construção de identidade é atravessado por tensões, conflitos e constantes transformações, dado que, pensando em estudos contemporâneos, verifica-se que a ideia da identidade enquanto uma estrutura rígida colocada para o sujeito, que é incapaz de exercer mudanças, está em desconstrução. Zygmunt Bauman (2005) defende o argumento de que a identidade é processual – uma descoberta constituída por peças plurais de um quebra-cabeça que, construído e reconstruído, com reposicionamentos e peças que se perdem ou se fragmentam, não possui uma imagem finalizada.

Vinculando-se a essa perspectiva, tem-se o texto “*Exaustos-e-correndo-e-dopados*”, discutido pelos/as professores/as das duas escolas públicas anteriormente descritas. Nessa publicação, a jornalista Eliane Brum trata, essencialmente, da condição humana contemporânea, a chamada “sociedade do desempenho” (BRUM, 2016). Alicerçada na demasia tecnológica, em demandas interruptas, na pressa e na exigência de que o corpo permaneça disposto ao trabalho independentemente das condições físicas e psíquicas, os sujeitos embarcam em uma repetição mecânica dos atos. Com a tecnologia, ocorre uma conexão contínua e virtual que, à primeira vista, faz parecer que nunca se está sozinho, entretanto, paralelamente, vive-se uma fase solitária na qual inúmeras pessoas afastam-se de si mesmas e dos demais; na conexão, está a desconexão. E, diante da rotina que consome todos os horários e vontades, o sujeito embarca em uma esteira mecânica de construção, onde ele é equipado com peças que, em tese, deveriam melhorar seu desempenho, mas que tornam-se grilhões e impedem-no de desligar-se das exigências contemporâneas.

A partir das discussões do texto de Brum (2016) em sua reflexão acerca da condição humana, encontra-se a abordagem da identidade do sujeito e da identidade do coletivo. Nesse caso, o indivíduo acaba consumido pelas ferramentas que ele pensava dominar, e sente-se fragmentar e absorver pelas demandas da sociedade. Como não é possível obter o desempenho perfeito e contínuo, entra-se em um ciclo pela busca de tal perfeição, que impele o sujeito a deixar de olhar para si e para os outros, voltando seu olhar apenas para as expectativas e normas que orientam uma espécie molde ideal de existência: o profissional exemplar, cidadão exemplar, professor exemplar, aluno exemplar. É uma perspectiva que enuvia a multiplicidade identitária e, por tanto, as possibilidades plurais que cercam o ser humano.

**Análises: a escola como território da cidadania**

Com o objetivo de trazer a discussão para o ambiente escolar a partir da experiência dos/as professores/as das duas escolas e suas considerações tanto sobre a rotina na escola, quanto seus significados na comunidade, foram apresentadas perguntas sobre o texto e a exposição. A proposta foi viabilizar que os/as docentes pudessem colocar seus argumentos enquanto sujeitos inseridos em uma coletividade, pensando a respeito do cotidiano, das demandas sociais, de si mesmos e da sociedade.

A primeira questão definiu-se pelo seguinte: “*descreva sua impressão sobre a relação do texto, a exposição e o cotidiano da escola*”. Assim, inicialmente, a proposta seria a de entrelaçar a sugestão de leitura e a exposição “Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos”, de modo a associar a leitura e a arte ao cotidiano prático do ambiente escolar. Segundo as respostas colocadas no formulário, houve apontamentos que salientaram a pressa como marca característica da rotina na escola, com problemas que devem ser resolvidos de forma imediata, impossibilitando maiores discussões e reflexões,

*As coisas acontecem rapidamente, é necessário pensarmos sobre as nossas ações e o que queremos fazer com o nosso futuro e o nosso planeta.* ***O cotidiano na escola é imediatista, temos que resolver problemas pra [sic] ontem, conseguir lidar com o cansaço e avançar sem mesmo ter tempo de olhar pra [sic] trás e refletir sobre nossas ações****. (2019, grifo nosso).*

Bem como, houve observações sobre a presença da tecnologia no cotidiano como algo demasiado, que acaba desconstruindo as imagens que o sujeito tem de si e dos outros, afastando ao invés de aproximar, provocando conflitos entre as noções de privado e público,

*Atualmente houve uma inversão de valores, o privado virou público; há um excesso de exposição de vida privada, onde tudo é comentado, criticado debatido. Assim como a informação está a um click as falsas informações também. Além disto existe uma preocupação maior em parecer do que em ser.* ***Estamos em uma era artificial, onde valem mais os amigos virtuais do que os reais, onde se perde maior tempo em frente a um aparelho eletrônico do que convivendo com o próximo, gerando exaustão e solidão.*** *(2019, grifo nosso).*

Percebe-se que certas noções acabam se sobrepondo ao sujeito, sua vontade e individualidade. Exige-se do profissional determinada conduta, que baseia-se no imediatismo – mais do a reflexão, a troca e a aproximação como meio de pensar um problema ou tarefa, delineando caminhos e possibilidades, exige-se a resolução rápida. A eficiência idealizada é uma faceta da identidade que permeia as expectativas e, caso o sujeito esteja em desacordo, será julgado. Entretanto, conforme a abordagem que é desencadeada pelo texto de Brum (2016) e pela sugestão da exposição, observa-se que a desaceleração faz-se necessária.

Pensando na exposição, para apreciação das fotografias e leitura dos artigos da Declaração, torna-se preciso andar lentamente, vagar por entre os quadros, absorver imagens articuladas as palavras. E, principalmente, instiga-se a percepção de que os Direitos Humanos estão ligados ao cotidiano, aos atos individuais e coletivos que marcam o dia-a-dia comum. Afinal, tais diretrizes lidam com o direito ao pertencimento, a privacidade, ao reconhecimento de todos enquanto indivíduos dotados de particularidades e características que lhe são próprias – o que contraria o imediatismo, dado que na pressa, nos atos mecânicos, na conexão desconectada, o sujeito se transforma em número, ou ainda, em um corpo que existe apenas para responder aos comandos ditados pela rotina.

De acordo com Bauman (2005), as pessoas transitam entre polos identitários definidos hora pela libertação, hora pela opressão. No que se refere a libertação, tem-se a possibilidade de estruturar-se para além das demandas definidas pela expectativa social. No caso da opressão, está a identidade que é impelida e que traz ao sujeito a obrigação de manter-se adequado as expectativas do grupo social, ou ainda, encarcerá-lo em um olhar desumanizador. Nas palavras de Bauman (2005, p.44, grifos do autor), no polo da opressão,

[...] se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm o direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...

Concomitantemente, esse sujeito está inserido em uma sociedade que preza pelo consumo – de objetos, imagem, relacionamentos, pessoas, e que trabalha essencialmente com uma suposta satisfação. Ou seja, para estar em acordo com as expectativas, o indivíduo deve manter-se na contínua busca pela satisfação alicerçada na imagem ideal: “[...] a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está ‘plenamente satisfeito’ [...]”. (BAUMAN, 2008, p. 63). Tal satisfação jamais é alcançada e, desse modo, o sujeito permanece em um estado perpétuo de procura, orientado por um discurso que lhe afirma de que ele jamais parecerá o suficiente. E na busca interminável, encontra-se a solidão e o cansaço.

Entretanto, pensar os Direitos Humanos traz alternativas. Enquanto na perspectiva acima, a identidade acabe sobrecarregando o sujeito e seja vista como um fardo (BAUMAN, 2005), existem possibilidades. As diretrizes da Declaração convidam a exercitar outros caminhos, trazendo os direitos que todo o ser humano deveria possuir e que se referem a liberdade, igualdade, privacidade, pertencimento, expressão, pensamento. Não são, portanto, diretrizes distantes da realidade, mas palavras que se manifestam no cotidiano e incentivam a reflexão da própria condição humana, viabilizando as tentativas de transpor as distâncias entre o que o indivíduo deve ser, e aquilo que ele é (BAUMAN, 2005).

Na segunda questão sugerida aos professores/as, teve-se a pergunta: “Qual o espaço para o agir coletivo na comunidade?”, pensando nas intersecções da escola e da comunidade enquanto um conjunto. Nisso, trabalha-se as relações entre a identidade individual e a coletiva, e a necessidade de articular ações de modo a integrar os espaços, trazendo o que está além do imediatismo cotidiano ao abordar atividades que viabilizem ações continuadas e prolongadas, estreitando relacionamentos e conexões, questionando o carecimento de envolvimentos baseados no comprometimento (BAUMAN, 2005).

Na análise das respostas para essa questão, surgem também apontamentos que colocaram o agir coletivo sendo desconsiderado por conta dos discursos que incentivam uma conexão puramente midiática – seja a partir do virtual ou dos meios de comunicação. Exemplifica-se com a seguinte fala: “*Hoje em dia temos muitas ações onde o discurso é ideal, porém a prática deixa a desejar****. Ao mesmo tempo que você está conectado, interligado em uma rede de pessoas, você está no sofá de sua casa, de certa forma alienado no seu mundo.****” (2019, grifo nosso).*

Nesse sentido, tem-se novamente a colocação da busca pelo pertencimento e da conexão, mas que se manifesta mediante uma desconexão de si e dos outros. E o imediatismo dessas conexões impele a uma desconsideração de ações que sejam mais aprofundadas, pois, para tanto, seria necessário o investimento de tempo e o comprometimento com algo que não acontecerá rapidamente, ou trará resultados instantâneos. A alienação referida no comentário pode ser, então, vinculada a uma perda da própria individualidade (BAUMAN, 2013) e da impossibilidade de enxergar a individualidade do outro. Porém, em outras respostas, verifica-se um tom diferente: “*a escola é um espaço onde o agir coletivo é incentivado por meio da participação dos alunos em diferentes projetos (esportivos, ecológicos, artísticos...) e pelo* ***incentivo à pesquisa que sai dos muros da escola e abre possibilidades de transformar a comunidade****.” (2019, grifo nosso).*

Nesse caso, encontra-se na escola a possibilidade de interligar espaços e trazer outras perspectivas que se afastam de individualidade artificial e manufaturada colocada pelo imediatismo e as expectativas. No incentivo de professores/as e estudantes, e na inserção em projetos que instiguem o comprometimento, abre-se espaço para a construção de relações e incentiva-se a ideia de pertencimento aliada a cooperação e a troca. Mais do que exigências e demandas que fatigam tanto professores/as quanto alunos/as, tem-se a preferência pela estruturação de um ambiente que enfatize as potencialidades de cada um, indo para além dos muros da escola e articulando-as dentro da comunidade.

Assim, nessa sociedade de consumo onde tudo e todos podem se tornar mercadorias, na qual a felicidade está associada obtenção imediata (BAUMAN, 2008), tem-se olhares que questionam a estrutura enraizada. Quando é citada a pesquisa que ultrapassa a escola, observa-se o trabalho em torno do ensino que, sem ser dirigido ao cumprimento de expectativas, volta-se para o desenvolvimento do sujeito e de uma identidade que está alinhada ao humano, a integração, ao pensamento e a prática. É o que ocorre com a exposição acerca dos Direitos Humanos, que exercita a pesquisa aliada ao compartilhar, associando a imagem das crianças aos direitos que tocam a existência de todos os cidadãos. E é um meio, ainda, de direcionar a discussão da construção a identidade a todos os sujeitos, evidenciando que a criança também se depara com as exigências do imediatismo, encontrando-se em uma perpétua busca por si mesma diante do bombardeamento que advém da condição humana contemporânea.

Nessa perspectiva, destaca-se, por fim, outra resposta, na qual foi afirmado que “*Todo o espaço coletivo é um espaço de ação humana [...]”.* Isto é, todo o espaço traz potencialidades para a intervenção do indivíduo. Nisso, a construção da identidade, embora não possa se desvincular por completo das exigências contemporâneas, pode, ao menos, tornar-se um processo mais lento e introspectivo, que permita pensar sobre aquilo que se vê e se vive, e viabilize um compartilhar que esteja além do virtual.

A terceira pergunta: “o que representa para você o espaço da escola para fazer um contraponto a cultura do sucesso e do individualismo apregoada pela mídia?”, buscava uma reflexão a partir da ideia de que temos, enquanto sociedade, estimulado uma corrida pelo sucesso, a ideia de “ser alguém na vida”, que faz com que se pense em um “eu social” e não em um “nós social” o que faz com que as próprias vivências da infância se acabem cada vez mais cedo, seja por uma necessidade ou por padrões sociais (BAUMAN, 2011 ), muitas vezes impostos por uma adultização desses sujeitos, tanto provocados pelos pais quando pelas mídia.

Dentre as diferentes respostas é possível evidenciar que a escola é o local entendido como seguro e ideal para uma construção social: “*A escola é ou deveria ser o lugar ideal para conservarmos valores culturais indispensáveis para que o indivíduo se torne uma pessoa socialmente melhor e mais feliz”.* Ou seja, ao serem indagados sobre esse papel da escola e a cultura do sucesso posta pela mídia em sua maioria os comentários forma muito semelhantes:

*A escola é onde se incentiva o trabalho em equipe, a respeitar o outro e as suas ideias, a ser crítico frente ao que nos é apresentado e a pensar no bem-estar coletivo* ***como forma de levar ao sucesso sem desprezar o próximo****. É lugar de protagonismo para mudar a realidade que a comunidade vive. (2019, grifo nosso)*

As respostas se focam na ideia de que a escola, é sim, o local em que os alunos terão acesso as informações concretas e reais e irão aprender a lidar com elas e com a mídia, conseguindo compreender os papeis sociais e suas pressões, “a *escola, por seu caráter plural e democrático, é ideal justamente para o questionamento (ou mesmo quebra) de paradigmas imaginariamente estabelecidos pelo pensamento coletivo”.*

Deste modo, cabe pensar nesse momento em *identidade* enquanto construto psicológico e social do sujeito, principalmente se pensarmos a *identidade de resistência*, que versa sobre a construção de resistências coletivas, diante de opressões, que é o que temos com a ideia da cultura do sucesso. Quando os/as professores/as colocam que é na escola que se aprende um caráter democrático, que os alunos/as compreendem suas próprias histórias e seus ideias e que há na escola uma força “para desenvolver cidadãos capazes de realizarem mudanças significativas no mundo”. É possível compreender que cada ser humano é dono de sua própria vivência, que teremos a concepção desse novo sujeito que tem sua identidade construída historicamente em um processo de transformação de ser e estar no mundo. (BAUMAN, 2005).Dentro das noções de Direitos Humanos a mídia pode ser compreendida como um elemento principal, pois é através dela que atualmente os sujeitos tomam conhecimento das lutas sociais enfrentadas pela população ao redor de todo o mundo. Um dos docentes relata na sua resposta sobre essa questão.

*Temos mais trabalho, pois temos que ensinar os alunos* ***que o sucesso é bom e todos gostam, mas não é só isso que importa****.* ***Que falhar as vezes também é aprendizado****, e normalmente é o que nos impulsiona a amadurecer psicologicamente. (2019, grifo nosso)*

Sendo assim, o entendimento dos sujeitos sobre as formas pelas quais a mídia se propaga e se alicerça na sociedade são de extrema relevância se estivermos pensando em uma emancipação social desses sujeitos. A mídia tem a possibilidade de contribuir positivamente no processo de tomada de direitos, e no entendimento do sujeito como agente de sua própria história. O sujeito contemporâneo compreendeu que tem identidades contraditórias que se deslocam com o decorrer da nossa vivência deste modo, se tornou capaz de coexistir com as demais pessoas da sociedade em uma compreensão mútua de que cada ser tem o direito de se expressar livremente e de ser quem quiser. (BAUMAN, 2005).

A construção da identidade como fator determinante para o sentimento de pertença a uma sociedade vai se dar de forma mais clara em relação a infância justamente pela conquista do direito à educação. Esse empoderamento de sociabilização potencializou a construção de identidades plurais. “Identidade significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença singular – e assim a procura pela identidade não pode deixar de dividir e separar”. (BAUMAN, 2005, p. 21). A criança, ao ganhar espaço na sociedade, iniciou seu processo de construção identitária de forma individual, deixou de ter sua identidade pautada pela sociedade, pôde então construir significados para as ações vivenciadas e torná-las partes constituintes do seu “eu”, uma construção de singularidades e particularidades múltiplas e históricas.

A importância de debater isso na escola foi o mote da quarta questão que dizia: “descreva a importância, ou não, de promover na escola pública a discussão e formação sobre infância e direitos humanos”. Essa era a última pergunta do formulário, versando justamente sobre esse espaço social que é a escola e indagava a importância, ou não, de falar sobre esses temas dentro desse território, já que para pensar a identidade da criança o principal ponto é situar esse sujeito no contexto dessa investigação, que é pautada pela relação escola, infância e sociedade.

Conforme pudemos ver em uma das respostas o debate na escola é visto como um “pontapé” inicial para termos sujeitos/as críticos “*[...] as crianças e adolescentes precisam saber seus direitos, assim como deveres, isto vai proporcionar a incluí-los na sociedade como cidadãos críticos e responsáveis.”* Quando instrumentalizamos as infâncias e damos a elas condições de acessarem seus direitos e compreenderem a sociedade que as cercam, estamos auxiliando na construção da sua identidade. Segundo Bauman (2005) a identidade exerce no mundo um papel fundamental, cada sujeito/a cria a sua própria identidade, não a herda e passam uma vida as redefinindo.

*Resistência e resiliência: Essas duas palavras são desencadeadoras para não sairmos prejudicados no atual cenário (onde as crianças e jovens estão muito vulneráveis e os direitos humanos sendo desconfigurados).* ***Repensar, olhar por outro ponto de vista, problematizar e confrontar situações.****..tudo isso provoca um pensamento crítico da comunidade e nos movimenta para um cenário reflexivo sobre a nossa realidade.*

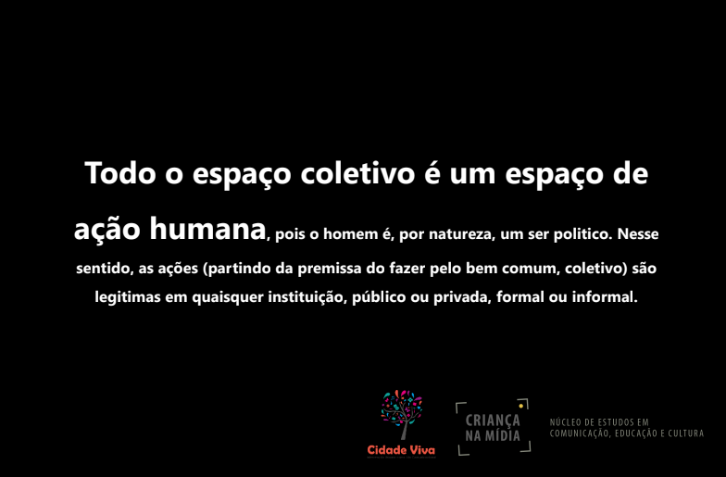
A identidade será sempre construída de acordo com a cultura de cada local que tem suas lógicas internas, diferentes de um local para o outro, afinal ela é o resultado de uma história particular. (BAUMAN, 2011). Dentro desse processo de construção identitária em um mundo cada vez mais acelerado, conforme nos coloca Brum (2016), o tempo para olhar o Outro tem se perdido. A escola ocupa um lugar central nesse debate da construção de seres mais empáticos, seres que se preocupam e compreendem a importância e a relevância do debate sobre Direitos Humanos, que entendem a real necessidade de se debater esses direitos dentro da escola como algo fundamental e imediato *“Extremamente importante a discussão dos direitos humanos.* ***Condição sine qua non para a construção justa de uma sociedade esclarecida e agregadora de toda diversidade existente em uma sociedade****.”(2019, grifo nosso).*

A noção de Direitos Humanos, como conhecemos atualmente, e que foram sendo refletidas nesse texto em paralelo a construção de uma identidade, foram se estruturando ao longo de séculos de história. Muitos movimentos sociais nasceram da ideia de uma universalização dos direitos para todos os cidadãos do mundo, dentre eles estão os movimentos que protegem o público infantil e está a criação da Escola, como espaço de sociabilização desse público.

**Considerações Finais**

Como forma de aproximar a finalização do artigo compartilhamos a atividade que marcou o encerrameto do debate dos/as professores/as na reunião. Foi entregue um conjunto de lambe-lambes com excertos extraídos das respostas dadas no questionário, para que fossem espalhados pelas escolas. Cada professor ou professora recebeu uma peça diferente e assumiu o compromisso de colocar em um espaço público na escola ou na comunidade como forma de promover a divulgação.

Figura 6 – Modelo de Lambe-Lambe



Fonte: Criança na Mídia (2019).

O Grupo *Criança na Mídia* e a equipe do projeto de extensão *Cidade Viva*, tinham como intenção no desenvolvimento dessa ação, aqui narrada, além das premissas já citadas anteriormente, proporcionar aos professores/as das escolas uma reflexão acerca da concepção e da noção dos Direitos Humanos. Viola (2006) coloca que precisamos sempre nos situar ao falar dos Direitos Humanos, qual o nosso lugar de fala, qual o nosso olhar sobre o assunto e qual “luz” colocamos sobre a premissa que identificamos nesses direitos.

Por se apresentar como fenômeno multifacetado, exige, para sua compreensão, não só repensá-lo no interior de um horizonte histórico, mas que a este horizonte histórico se incorporem às noções de complexidade manifestas na cultura político-social de uma sociedade que produz (e reproduz) a comunidade e a sociedade de direitos. (VIOLA, 2006, p. 119).

Não há transformações sem conflitos, os Direitos Humanos não surgem com a DUDH, são consolidados por ela, porém, a história remonta aos princípios culturais e religiosos e a um processo de evolução em busca de uma felicidade universal, que vai se firmar com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, feita pela França em 1789.

A dificuldade de apresentar e apreender adequadamente o conceito de direitos humanos se deve ao fato de que se trata de um conceito interdisciplinar, que fica na interseção entre a antropologia, a sociologia, a história, a pedagogia, a economia, a filosofia, a teologia, a política, a psicologia, e o direito. (COMPARATO, 2015, p. 5).

No Brasil, primeiramente tivemos os direitos sociais, através das leis trabalhistas do Governo de Getúlio Vargas, os direitos políticos ganham força ao longo do processo de redemocratização do país após o período da Ditadura, na década de 80. Logo após o golpe de 1964 há um movimento militante da esquerda pelos Direitos Humanos, afinal as formas como o país estava sendo conduzido feria todos os preceitos definidos pela DUDH, desde a perseguição política, o cerceamento da liberdade de expressão até as torturas praticadas pelo governo.

Infelizmente, ainda hoje no Brasil os direitos civis não são garantidos efetivamente, são extremamente problemáticos, uma vez que “a tortura é moeda corrente nas delegacias e prisões, o acesso à justiça é desigual, a discriminação racial não foi de todo eliminada”. (COMPARATO, 2015, p. 34). Os discursos precisam mudar junto com o período histórico, desta forma, precisa haver uma revisão das ideologias e das legislações de acordo com cada época. (SEGATO, 2006). Os grupos sociais e aqui em específico a escola, precisam tomar para si o discurso dos Direitos Humanos. O ensino desses direitos e a forma como ele se faz presente dentro dessas escolas é uma forma de iniciar a mudança na estrutura da sociedade e mobilizar o agir coletivo na comunidade.

**Referências Bibliográficas:**

BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura No Mundo Líquido Moderno**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_\_. **Bauman sobre Bauman**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2011.

**\_\_\_\_\_\_**. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_\_. **Vidas Para Consumo**: A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COMPARATO, Bruno Konder. **Especialização em Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: USP, 2015.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF/BRASIL. **Nossas prioridades**. UNICEF no Brasil. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html/>. Acesso em: 21 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU . **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Nova York, 20 nov. 1959. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\_a/lex41.htm>. Acesso em: 21 maio 2020.

\_\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

\_\_\_\_\_\_. **Nossas prioridades**. UNICEF no Brasil. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html/>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SEGATO, Rita Lana. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos Direitos Universais. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 2006, p. 207- 236.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2006.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Bolsista Capes. E-mail: [vita.saochico@gmail.com](mailto:vita.saochico@gmail.com) [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Bolsista Capes. E-mail: [janainaw@feevale.br](mailto:janainaw@feevale.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Docente dos Programas de Pós-Graduação Diversidade Cultural e Inclusão Social e Processos e Manifestações Culturais e colaboradora do Projeto de Extensão Cidade Viva: Intervenção Urbana Como Ato Comunicacional, ambos da Universidade Feevale. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educaão e Cultura. E-mail: [saraischmidt@feevale.br](mailto:saraischmidt@feevale.br) [↑](#footnote-ref-3)
4. A exposição virtual e demais informações sobre o seminário podem ser conferidas em: criancanamidia.com.br [↑](#footnote-ref-4)